



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS
SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO – FUNAPE

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Setembro/2017

Concurso Público para provimento de cargos
Analista Jurídico Previdenciário

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A ciência tem a função de explicar como as coisas funcionam.

- Verifique se este caderno contém 60 questões, numeradas de 1 a 60. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 (três) horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, considere o texto abaixo.

Trabalho como realização

Quando me perguntam por que ainda não me aposentei e eu respondo que é porque gosto do meu trabalho, me olham com um misto de incredulidade e indignação. Eu quase tenho que me desculpar pela desfeita: a maioria das pessoas acha que trabalho é castigo e que falar bem dele é pura ostentação, se não for hipocrisia.

Pois bem: entendo perfeitamente que muitos trabalhos possam ser vistos como castigo. Há incontáveis tarefas que podem ser desinteressantes, tediosas, cansativas, que não trazem prazer nenhum para a maioria das pessoas. Mas há outras nas quais nossa personalidade se realiza, que podem perfeitamente constituir-se como nosso meio de expressão, nossa identidade assumida e resolvida como vocação. Exemplo clássico é o de um professor que tenha grande prazer em dar aula: ele verá a aposentadoria não como uma bênção, mas como brusca interrupção de uma atividade vital. Ele vai adiar o quanto puder o “gozo”, o “desfrute” (enganosas palavras) de uma aposentadoria que mais lhe parece um castigo.

Fico imaginando, entre outras utopias, a de um mundo em que houvesse para cada um aquele trabalho que representasse também sua realização pessoal. Acredito mesmo que um dos índices mais seguros para se reconhecer a felicidade de alguém seja o prazer que a pessoa encontre em trabalhar. Quando o trabalho vira sinônimo de criação, e quem o faz se sente como um genuíno criador, temos, é forçoso admitir, uma situação de privilégio, em vez de se constituir uma possibilidade de realização ao alcance de todos.

(Felício Godói, inédito)

1. A “ostentação” e a “hipocrisia” referidas no primeiro parágrafo do texto são atributos acusatórios que partem das pessoas que
 - (A) imaginam encontrar em qualquer atividade profissional uma forma plena de realização da personalidade.
 - (B) avaliam a felicidade alheia a partir da satisfação que o outro encontre em se dedicar ao seu trabalho.
 - (C) desconsideram a efetiva possibilidade de que o trabalho enseje a alguém o prazer de uma realização vital.
 - (D) preferem encobrir a insatisfação que sentem no trabalho com a máscara de uma falsa realização pessoal.
 - (E) desprezam aquele em quem reconhecem o sacrifício assumido para que se possa realizar um bom trabalho.
2. Deve-se depreender da leitura do parágrafo final do texto que, para seu autor,
 - (A) a oportunidade de exercer um trabalho criativo é desprezada por quem o considera um privilégio injustificável.
 - (B) todo trabalho que exija um alto grau de criatividade só pode ser exercido por pessoas naturalmente privilegiadas.
 - (C) é uma utopia imaginar que mesmo as pessoas mais vocacionadas para exercer um trabalho encontrem pleno prazer nele.
 - (D) as pessoas deveriam acreditar que o esforço que despenderem em seu trabalho é a garantia de seu sucesso profissional.
 - (E) deveria ser mais do que uma simples utopia um mundo onde a realização pelo trabalho deixasse de ser um privilégio.
3. Considere as seguintes afirmações:
 - I. A utilização de aspas em “gozo” e “desfrute” indica o **sentido deslocado** que as palavras podem ganhar em determinadas situações.
 - II. A expressão *misto de incredulidade e indignação* destaca a **alternativa** entre duas possíveis reações desfavoráveis.
 - III. A expressão *possibilidade de realização ao alcance de todos* é uma **definição** adequada do que seja um *privilégio*.Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em
 - (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *falar bem dele é pura ostentação* (1º parágrafo) // conclamá-lo é justa retórica
 - (B) *constituir-se como nosso meio de expressão* (2º parágrafo) // instituir conosco um tipo de comunicação
 - (C) *assumida e resolvida como vocação* (2º parágrafo) // implementada e solucionada como tendência
 - (D) *um dos índices mais seguros* (3º parágrafo) // um dos símbolos mais iminentes
 - (E) *como brusca interrupção* (2º parágrafo) // qual súbita cessação



5. Todos os tempos verbais estão adequadamente articulados, acatando ainda as normas de concordância, na frase:
- (A) A despeito de serem árduos e desafiadores, há trabalhos que trarão muita satisfação àqueles que se propuserem a assumi-los com seriedade.
 - (B) Sempre houve pessoas a quem pareceram inútil buscar prazer num trabalho que venha a exigir delas dedicação plena e grande esforço.
 - (C) Caso desejemos que nossa personalidade viesse a se realizar num trabalho, seria necessário que não se medisse esforços para levá-lo a bom termo.
 - (D) Cabem aos professores que manifestem prazer ao dar aula não deixarem que esse entusiasmo viesse a esmorecer com o passar do tempo.
 - (E) Quando vierem a faltar utopias, por conta do pragmatismo do nosso mundo, que não nos venham pelo menos a faltar a memória das que já houveram.

6. Atente para o seguinte segmento do texto:

Quando o trabalho vira sinônimo de criação, e quem o faz se sente como um genuíno criador, temos, é forçoso admitir, uma situação de privilégio (...).

Numa **nova redação**, mantêm-se a **correção**, a **clareza** e o **sentido** básico desse segmento em:

- (A) A criação é um sinônimo do trabalho, quando este faz sentir a quem o executa o privilégio forçoso da situação de ser um genuíno criador.
- (B) Quem faz um trabalho que é também uma genuína criação torna-se, nessa situação, temos que admitir, uma pessoa privilegiada.
- (C) É uma situação de privilégio quando, ao ser sinônimo de criação, um trabalho faz sentir-se um verdadeiro criador aquele que admite fazê-lo.
- (D) Concedamos logo: é forçoso que a genuína criação de um trabalho torna a quem o executa um autêntico e privilegiado criador.
- (E) Torna-se um genuíno criador quem sente o trabalho como um sinônimo de criação, conquanto seja esta uma admissível situação de privilégio.

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 10, considere o texto abaixo.

Civilização e infelicidade

Uma fonte da infelicidade humana estaria na insuficiência das normas que regulam os vínculos pessoais na família, no Estado e na sociedade. Não queremos admitir que as instituições por nós mesmos criadas não trariam bem-estar e proteção para todos nós. Deparamo-nos com a afirmação espantosa que boa parte da nossa miséria vem do que é chamado de nossa civilização; seríamos bem mais felizes se a abandonássemos e retrocedêssemos a condições primitivas.

A asserção me parece espantosa porque é fato estabelecido – como quer que se defina o conceito de civilização – que tudo aquilo com que nos protegemos da ameaça das fontes do sofrer é parte da civilização. Descobriu-se que o homem se torna neurótico porque não pode suportar a medida de privação que a sociedade lhe impõe, em prol de seus ideais culturais, e concluiu-se então que, se estas exigências fossem abolidas ou bem atenuadas, isto significaria um retorno a possibilidades de felicidade.

(Adaptado de: FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2011, p. 30-32)

7. Nesta passagem de um de seus textos mais marcantes, Sigmund Freud
- (A) defende, com convicção, a tese de que somos infelizes por nos desviarmos das instituições criadas pela civilização para nos proteger.
 - (B) considera a possibilidade de que, por paradoxal que seja, as instituições criadas no processo da civilização concorram para o sofrimento humano.
 - (C) julga espantoso o fato de que muitos atribuam à força do nosso passado de primitivos a razão pela qual nossas instituições funcionam a contento.
 - (D) admite que a razão principal das nossas neuroses está nas privações que persistem dos tempos primitivos, anteriores à criação das instituições.
 - (E) recusa-se a aceitar a possibilidade de que os nossos ideais culturais possam ser atingidos enquanto dependermos das nossas instituições.



8. Deve-se depreender da leitura desse texto que, no contexto de sua redação,
- (A) os elementos *estaria*, *afirmação espantosa* (1º parágrafo), *significaria* (2º parágrafo) são índices da validade que Freud reconhece em teses alheias.
 - (B) a expressão *fonte da infelicidade humana* (1º parágrafo) refere-se à expressão *condições primitivas* (1º parágrafo).
 - (C) o mesmo tempo verbal de *abandonássemos* e *retrocedêssemos* (1º parágrafo) situa duas ações consecutivas efetivamente decorridas no passado.
 - (D) a expressão *A asserção me parece espantosa* (2º parágrafo) refere-se ao *fato estabelecido* (2º parágrafo).
 - (E) o segmento *como quer que se defina* (2º parágrafo) está empregado com o sentido de **não importa como se estabeleça**.
-
9. Há **desdobramento de uma oração em duas** e **alteração na voz verbal** nesta nova redação de um segmento do texto:
- (A) *Uma fonte da infelicidade humana estaria na insuficiência das normas* // a insuficiência das normas seria uma fonte da infelicidade humana.
 - (B) *A asserção me parece espantosa* // Espanta-me que se faça tal asserção.
 - (C) *Descobriu-se que o homem se torna neurótico* // perceberam a razão da neurose do homem.
 - (D) *nos protegemos da ameaça das fontes do sofrer* // nos poupamos do risco dos sofrimentos.
 - (E) *isto significaria um retorno a possibilidades de felicidade* // isto equivaleria retornar à eventualidade de ser feliz.
-
10. É clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) A insuficiência de normas e instituições seriam responsáveis pela infelicidade humana, segundo considera Freud, por mais paradoxal que seja.
 - (B) Seria impensável que mecanismos institucionais de cujos somos nós mesmos os responsáveis, viessem a conspirar para a nossa própria felicidade.
 - (C) A muitos parece que, num estágio primitivo, seríamos mais felizes, porquanto a civilização traria-nos alguns impecilhos para uma vida mais gratificante.
 - (D) Criadas para nos proteger do sofrimento e das injustiças, as instituições, por vezes, nos fazem sofrer, ao imporem severos limites aos nossos desejos.
 - (E) Mesmo que se venha a abolirem as imposições institucionais, nada nos garante de que nos acarretem com isso uma vida mais realizada.
-

Raciocínio Lógico-Matemático

11. A massa de 1 litro de leite puro e a massa de 1 litro de água são, respectivamente, iguais a 1,03 kg e 1 kg. Uma jarra com capacidade de 8 litros contém certa quantidade de leite puro. Acrescentando-se x litros de água ao leite que está na jarra, até completar sua capacidade, a massa dos 8 litros da mistura final será de 8,18 kg. Em tais condições, x é igual a
- (A) 2,0.
 - (B) 2,4.
 - (C) 3,0.
 - (D) 2,6.
 - (E) 2,5.
-
12. Na prateleira de uma estante estão colocados apenas 20 livros de direito penal, 25 de direito constitucional e 15 de direito do consumidor. Cada livro possui pelo menos um autor e, no total, são 80 autores diferentes que escreveram esses livros. A respeito dos 60 livros dessa prateleira, é correto afirmar que
- (A) há, com certeza, um livro de direito constitucional escrito por mais de um autor.
 - (B) necessariamente pelo menos $\frac{1}{3}$ dos livros possuem mais de um autor.
 - (C) algum dos livros pode ter sido escrito por 80 autores diferentes.
 - (D) necessariamente no máximo 20 dos livros têm exatamente dois autores.
 - (E) um mesmo autor não pode ter escrito todos os livros de direito constitucional.
-



13. Na apresentação de um recital de música compareceram 78 pessoas, das quais 35 eram do sexo masculino e 49 pessoas conseguiram se sentar, ficando as demais em pé. Sabendo-se que 27 pessoas do sexo masculino assistiram o recital em pé, o número de pessoas do sexo feminino que assistiram o recital sentadas foi igual a
- (A) 29.
(B) 41.
(C) 43.
(D) 36.
(E) 37.
-
14. Toda a população adulta de 2.120.000 habitantes de um país será vacinada contra determinado vírus. O governo do país comprou 6 m³ da vacina. A dose de vacina é de 1,5 mL, e cada habitante adulto tem que receber duas doses. Sabendo que 1 mL corresponde à 1 cm³, no programa de vacinação de adultos descrito,
- (A) sobrarão 120 mil doses de vacina.
(B) faltarão 12 mil doses de vacina.
(C) sobrarão 60 mil doses de vacina.
(D) faltarão 240 mil doses de vacina.
(E) faltarão 120 mil doses de vacina.
-
15. Um comerciante autônomo compra mercadorias pelo preço unitário de R\$ 8,00 para depois revendê-las. Ele guarda 10% da diferença entre o preço de compra e de venda da mercadoria para reinvestir no seu negócio, e paga 20% de imposto sobre o preço de venda da mercadoria. Se ele deseja realizar um lucro de 32,5% sobre o valor de compra de cada mercadoria colocada a venda, o preço unitário de venda dessa mercadoria terá que ser igual a
- (A) R\$ 13,20.
(B) R\$ 14,00.
(C) R\$ 14,40.
(D) R\$ 13,00.
(E) R\$ 10,60.
-

Direito Constitucional

16. Considerando a classificação das constituições quanto a sua mutabilidade, a Constituição Federal vigente é
- (A) analítica, uma vez que é minuciosa, extensa, dispondo não somente sobre a organização do Estado brasileiro, mas também sobre matérias que seriam próprias da legislação ordinária, o que dificulta a alteração do ordenamento jurídico brasileiro.
(B) aberta, uma vez que é principiológica, acolhendo normas de conteúdo amplo, favorecendo a ocorrência de mutações constitucionais mediante atuação do Poder Judiciário.
(C) flexível, uma vez que sua carga principiológica permite ao legislador interpretá-la e dar-lhe significado por intermédio da legislação ordinária, o que permite a evolução da Constituição sem que ela seja formalmente alterada.
(D) rígida, uma vez que apenas pode ser alterada por procedimento específico diverso do previsto para a elaboração das leis ordinárias e complementares, dificultando sua modificação.
(E) dirigente, uma vez que estabelece diretrizes e metas ao legislador, demandando que seja reformada quando alcançados os objetivos do constituinte.
-
17. De acordo com o sistema de controle de constitucionalidade adotado pela Constituição Federal vigente,
- (A) os juízes singulares não podem exercer o controle de constitucionalidade, uma vez que a Constituição Federal determina que somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os "tribunais" declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
(B) o Supremo Tribunal Federal não pode exercer o controle de constitucionalidade de leis e atos normativos municipais, cabendo apenas aos Tribunais de Justiça dos Estados fazê-lo.
(C) o Superior Tribunal de Justiça não pode exercer o controle de constitucionalidade de leis e atos normativos, uma vez que lhe compete o controle da legalidade dos atos jurídicos.
(D) súmula vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal não pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.
(E) o Governador do Estado tem legitimidade para ajuizar ação declaratória de constitucionalidade, em face de lei estadual, perante o Supremo Tribunal Federal.
-



18. De acordo com o sistema de repartição de competências entre os entes federativos acolhido na Constituição Federal vigente,
- (A) à União compete editar normas gerais em matéria de previdência social, cabendo aos Estados a competência suplementar.
 - (B) à União compete editar normas gerais em matéria de trânsito e transporte, cabendo aos Estados a competência suplementar.
 - (C) leis ordinárias federais podem fixar normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no exercício de competências materiais comuns, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
 - (D) na ausência de normas gerais federais em matéria de proteção e defesa da saúde, os Estados e o Distrito Federal não podem exercer a competência legislativa plena.
 - (E) a União pode delegar aos Estados e ao Distrito Federal a competência para legislar sobre questões específicas em matéria de educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.
-
19. Professora ingressou no serviço público em 2010, quando tomou posse no cargo efetivo de professor de ensino médio junto à rede pública estadual e no cargo efetivo de professor de universidade pública estadual, tendo, a partir de então, contribuído regularmente para o regime oficial de previdência social. De acordo com as regras constitucionais vigentes, caso a professora continue no efetivo exercício dos cargos, em funções de magistério, até completar os requisitos para sua inatividade, a professora poderá aposentar-se voluntariamente,
- (A) em cada um dos cargos, apenas em 2040, desde que conte com 55 anos de idade, podendo cumular o recebimento das aposentadorias.
 - (B) em ambos os cargos, apenas em 2035, desde que conte com 50 anos de idade, podendo cumular o recebimento das aposentadorias.
 - (C) no cargo de professor de ensino médio, apenas em 2035, desde que conte com 50 anos de idade e, no cargo de professor universitário, apenas em 2040, desde que conte com 55 anos de idade, podendo cumular o recebimento de ambas aposentadorias.
 - (D) no cargo de professor de ensino médio, apenas em 2035, desde que conte com 55 anos de idade e, no cargo de professor universitário, apenas em 2040, desde que conte com 60 anos de idade, não podendo cumular o recebimento de ambas aposentadorias.
 - (E) no cargo de professor de ensino médio, apenas em 2035, desde que conte com 60 anos de idade e, no cargo de professor universitário, apenas em 2040, desde que conte com 65 anos de idade, podendo cumular o recebimento de ambas aposentadorias.
-
20. A Constituição Federal assegura
- I. aos Tribunais a competência para elaborar suas propostas orçamentárias, cabendo ao Poder Executivo ajustá-las caso estejam em desacordo com os limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - II. às Defensorias Públicas estaduais autonomia funcional e administrativa, mas não a iniciativa de sua proposta orçamentária.
 - III. às Procuradorias Gerais dos Estados a autonomia administrativa, mas não a iniciativa de sua proposta orçamentária.
 - IV. ao Ministério Público a autonomia funcional e administrativa, podendo, observados os limites orçamentários, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, a política remuneratória e os planos de carreira.
 - V. aos Tribunais, às Defensorias Públicas e às Procuradorias Gerais dos Estados a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre a criação de cargos de, respectivamente, juízes, defensores públicos e procuradores do estado, bem como sobre sua remuneração.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e IV.
 - (B) IV e V.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) II, III e V.
 - (E) I e V.



21. O Congresso Nacional aprovou projeto de lei federal, de iniciativa parlamentar, concedendo ao servidor público efetivo vinculado ao Poder Executivo, titular de cargo público provido mediante concurso público, o direito ao recebimento de abono de permanência no valor de sua remuneração, ao completar os requisitos para a aposentadoria voluntária e optar por permanecer em atividade. Embora o Presidente da República tenha vetado o projeto de lei, o veto foi rejeitado por maioria simples dos deputados e senadores reunidos em sessão conjunta. Diante disso, o Presidente da República ajuizou, perante o Supremo Tribunal Federal, ação direta de inconstitucionalidade contra a referida lei federal, que foi julgada inconstitucional pela Corte. Ciente da decisão judicial, o Congresso Nacional aprovou nova lei federal, nos mesmos termos daquela julgada inconstitucional pelo STF. Analisando essa situação à luz da Constituição Federal, o
- I. projeto de lei não poderia ter sido proposto por parlamentar, tendo em vista que a iniciativa legislativa é exclusiva do Presidente da República.
 - II. abono não poderia ter sido fixado no valor previsto no projeto, ainda que tenha o propósito de incentivar a permanência do servidor na atividade.
 - III. veto não poderia ter sido rejeitado apenas por maioria simples dos deputados e senadores.
 - IV. Congresso Nacional não poderia ter aprovado outra lei de igual teor àquela declarada inconstitucional pelo STF, tendo em vista os efeitos vinculantes produzidos pela decisão proferida pela Suprema Corte.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II, III e IV.
 - (B) I, II e III, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) III e IV, apenas.
 - (E) I e IV, apenas.

22. A Constituição Federal assegura aos ocupantes de cargos públicos alguns dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, dentre os quais se encontra o direito
- (A) à jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
 - (B) ao reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.
 - (C) ao seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
 - (D) ao seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
 - (E) ao salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.

Direito Administrativo

23. Findo determinado contrato de concessão de serviço público, não pretendendo o poder concedente prorrogar a avença, a retomada dos serviços
- (A) pode ser feita pelo próprio poder público, ao qual caberá decidir se continuará a prestar o serviço público de forma direta ou indireta, cabendo, nesse caso, nova realização de licitação.
 - (B) depende de prévia indenização ao concessionário por todos os investimentos não amortizados, acrescidos de lucros cessantes, tendo em vista a fundada expectativa de continuidade.
 - (C) está condicionada à licitação de nova concessão de serviço público, cabendo à contratada anterior, até que a contratação ultime-se, prestar integralmente o serviço, desde que previamente indenizada e remunerada.
 - (D) depende de autorização legislativa, na qual deverão estar previstos todos os parâmetros de indenização e ressarcimento da contratada anterior.
 - (E) pode se dar por encampação ou assunção dos bens, em qualquer dos casos mediante prévia autorização legislativa e indenização ao delegatário de serviço anterior.
24. Antes da sessão de abertura dos envelopes das propostas de determinada concorrência pública, identificou o administrador público que algumas mudanças técnicas e econômicas, pertinentes ao cálculo da remuneração, deveriam ser realizadas, com vistas a otimizar resultados para as duas partes. Esse cenário
- (A) exige cancelamento da sessão designada para abertura dos envelopes e revogação da licitação em curso, para novo exame e publicação de novo edital.
 - (B) permite que o poder público introduza alterações pertinentes, ouvidos os setores técnicos cabíveis, republicando-se o edital de licitação, com nova designação de sessão de abertura dos envelopes de propostas.
 - (C) obriga a administração a aguardar a realização da sessão de abertura dos envelopes e, caso deserta a licitação, poderá ser dado início à nova publicação do certame.
 - (D) não demanda nova publicação do edital, tendo em vista que eventuais alterações substanciais que a Administração pública pretenda fazer posteriormente, podem ser solicitadas ao vencedor do certame.
 - (E) recomenda prévia oitiva dos licitantes interessados, com realização de nova audiência pública, de forma a colher as impressões do mercado sobre as alterações que pretende realizar, somente após a qual poderá cogitar de republicar o edital.



25. Uma sociedade de economia mista é proprietária de um imóvel vizinho a um terreno de titularidade do ente que a criou. Esse ente pretende integrar seu terreno a um grande projeto viário, para promover o desenvolvimento da região, razão pela qual solicitou à empresa estatal que lhe fosse disponibilizado também o imóvel da empresa.
- A estatal nenhum uso dá ao imóvel e concordou com a doação do bem ao referido ente federado. O negócio jurídico pretendido
- (A) pode ser realizado, cabendo à empresa demandar equivalente ressarcimento ou contrapartida, a fim de preservar os interesses de seus acionistas, bem como a finalidade lucrativa em suas atividades.
 - (B) é vedado entre entes públicos, a fim de proteger o patrimônio da pessoa jurídica que integra a Administração indireta e que deve ser empregado para resultar em retorno financeiro à empresa.
 - (C) precisa de prévia autorização legislativa, tendo em vista que a disposição de patrimônio público estatal constitui matéria reservada à lei.
 - (D) não pode ser aprovado pela diretoria ou conselho de administração da empresa, pois os bens da empresa devem necessariamente ser objeto de alienação onerosa mediante licitação.
 - (E) pode configurar má gestão administrativa, salvo se a integração do terreno ao projeto viário referido permitir retorno financeiro direto e exclusivo à estatal.
-
26. Determinado município realizou licitação para firmar ata de registro de preços para futuras contratações de material de escritório por seus diversos órgãos constituídos como unidades de despesa. Considerando que uma autarquia municipal também precisa celebrar compras periódicas para suprir sua necessidade de material de escritório, que varia em razão de demanda externa de serviços que realiza, deve
- (A) realizar procedimento de licitação, sob a modalidade pregão, para registro de preços, produzindo sua própria ata com valores a serem praticados quando das efetivas contratações.
 - (B) aderir à ata de registro de preços municipal, desde que, comprovada a vantajosidade, seja autorizada por aquele ente, que deverá ter previamente incluído essa possibilidade no edital, com a devida limitação.
 - (C) realizar licitação, sob a modalidade pregão ou concorrência, com a finalidade de aderir à ata de preços municipal, o que será deferido no caso de apuração de valores superiores, comprovando a vantajosidade do pedido.
 - (D) realizar pregões sucessivos para aquisições dos objetos pretendidos, tendo em vista que inexistindo previsão quantitativa não será permitido à autarquia firmar ata de registro de preços.
 - (E) adquirir o material excedente do município diretamente, mediante dispensa de licitação, pelos mesmos valores praticados na ata de registro de preços, até que logrem êxito em fazer sua própria ata de registro de preços.
-
27. Considere que o governo federal, diante de cenário de crise macroeconômica, decida por tabelar os preços dos fertilizantes, impedindo majoração, de forma a garantir acesso a todo o setor agroprodutivo e, assim, a melhoria da qualidade da produção. No que concerne ao setor industrial produtor de fertilizantes, é possível
- (A) acatar a medida de polícia pelo prazo que se fizer necessário, independentemente de compensação ou indenização, como exercício do dever de sacrifício imposto a todos os administrados em prol do interesse público.
 - (B) exigir ressarcimento pelos prejuízos que vier a ter diante da política excessivamente onerosa apenas para um determinado setor produtivo, vedada a inclusão de lucros cessantes.
 - (C) descumprir a determinação, diante da ilicitude do ato da Administração pública, salvo se esta tiver previsto expressamente a forma de ressarcimento da diferença entre o preço aferido como correto pelo setor e aquele fixado para venda para o mercado.
 - (D) demandar à Administração pública por indenização pelos danos comprovadamente sofridos diante da política imposta, tendo em vista que o sacrifício atingiu de forma anormal e extraordinária apenas determinado setor produtivo.
 - (E) admitir a cobrança de danos morais da Administração pública, tendo em vista que a ilicitude do ato administrativo editado pode não ter gerado danos concretos às fabricantes de fertilizantes, mas reduziu a expectativa de recebimento de maior receita.
-
28. De acordo com a Lei nº 6.123/1968, dentre as formas de provimento de cargos públicos, a
- (A) nomeação pode ser dar em caráter vitalício, se assim vier a ser estabelecido no edital, independentemente do cargo a ser provido, desde que seja de caráter efetivo, dependendo de prévia aprovação em concurso público.
 - (B) posse é requisito inafastável, salvo para o caso de reintegração, porque depende de decisão judicial diante de anulação de aposentadoria.
 - (C) reintegração somente é admitida mediante decisão judicial, enquanto o aproveitamento pode ser decidido por qualquer das formas.
 - (D) substituição se faz presente, por exemplo, diante de impedimento legal ou afastamento do servidor ocupante de cargo em comissão, com função de chefia.
 - (E) promoção dispensa requerimento, posse ou nomeação, tendo em vista que se dá de forma automática, sempre por antiguidade.



29. Determinado município realizou licitação para contratação de serviços por escopo de desenvolvimento, gestão e operação de *software* para instituição de processo eletrônico no âmbito da Administração pública municipal.

Realizados os serviços e próximo ao fim do contrato, o prefeito, com receio de possível perda de qualidade dos serviços prestados diante da realização de nova licitação, entendeu por bem prorrogar o contrato por 5 anos, o que foi questionado pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas. Nesse caso,

- (A) a prorrogação do contrato deveria ter observado procedimento de inexigibilidade de licitação, configurando, tal como descrito, ato de improbidade.
- (B) a contratação de serviços de informática constitui hipótese de dispensa de licitação, de forma que a continuidade do vínculo jurídico com a mesma empresa não configura ilegalidade ou ato de improbidade, apenas irregularidade formal, passível de ser sanada pelo administrador público.
- (C) os contratos de prestação de serviços de informática podem vigor por prazo mais longo que os demais contratos firmados pela Administração pública, de forma que sua prorrogação, ainda que não recomendável, não configura ilegalidade passível de configurar ato de improbidade ou nulidade da avença.
- (D) a autoridade pública deve, obrigatoriamente, comprovar que a prorrogação contratual foi mais vantajosa para a Administração pública do que a realização de novo certame, tendo em vista que em não havendo prejuízo ao erário, não se configura ato de improbidade.
- (E) a exigência de licitação não é passível de ser afastada discricionariamente pela autoridade pública, de forma que a substituição do certame pela prorrogação de contrato em curso, intencionalmente, constitui ato de improbidade.

30. No julgamento do AgRg no REsp 711.405-PR, Rel. Min. Humberto Martins, realizado em 28/04/2009, foi extraído o seguinte trecho:

Esse poder envolve vários aspectos, entre eles, o poder de permitir o desempenho de certa atividade (desde que acorde com as determinações normativas) e de sancionar as condutas contrárias à norma.

Trata-se da atuação da Administração pública sob a forma de

- (A) poder disciplinar, conferido à Administração pública para o exercício de suas funções regulares e passível de ser aplicado a todos os administrados, nas suas mais diversas relações jurídicas com os entes públicos.
- (B) poder hierárquico, tendo em vista que se refere à atuação de servidores públicos e à possibilidade de sancionamento por infrações disciplinares.
- (C) poder de polícia, previsto na legislação e presente tanto na atuação autorizativa, prévia ao exercício de algumas atividades pelos administrados, quanto posteriormente, por exemplo, como no exercício de fiscalização e poder de autuação e imposição de penalidades.
- (D) poder normativo, pois é possível à Administração pública editar normas autorizativas e disciplinadoras da prática de algumas atividades, bem como instituir infrações disciplinares e respectivas penalidades.
- (E) poder normativo-disciplinar, pois à Administração pública são conferidas competências autônomas para instituição de infrações disciplinares aplicáveis aos servidores públicos, o que excede o âmbito do poder hierárquico.

Direito Civil

31. Durante uma tempestade uma pessoa que nadava em um perigoso rio desapareceu. As extensas buscas e averiguações destinadas a encontrá-la encerraram-se sem êxito. Tem-se, nesse caso, uma situação de

- (A) morte real.
- (B) morte presumida, diversa de ausência.
- (C) ausência.
- (D) morte civil.
- (E) incapacidade civil absoluta.

32. Em matéria de mandato, é INCORRETO afirmar:

- (A) As pessoas capazes, em regra, são aptas para dar procuração mediante instrumento particular, que valerá desde que tenha a assinatura do outorgante.
- (B) O instrumento particular deve conter a indicação do lugar onde foi passado, a qualificação do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos.
- (C) O subestabelecimento de procuração outorgada por instrumento público não pode se dar, em nenhuma hipótese, por meio de instrumento particular.
- (D) O mandato pode ser expresso ou tácito, verbal ou escrito.
- (E) O mandato, em termos gerais, só confere poderes de administração.



33. Quanto à capacidade civil, considere:

- I. Os menores de dezesseis anos são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- II. Os menores de dezoito anos emancipados e também os maiores de dezoito anos que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade são incapazes relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer.
- III. Cabe à legislação especial regular a capacidade dos indígenas.
- IV. A incapacidade cessará para os menores pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento particular, independentemente de homologação judicial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I e III.

34. A respeito do casamento, considere.

- I. Não devem casar o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros, sendo permitido aos nubentes, porém, solicitar ao juiz que não lhes seja aplicada a causa suspensiva referida, provando-se a inexistência de prejuízo para o herdeiro.
- II. O homem e a mulher com dezesseis anos podem casar, exigindo-se autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioridade civil, e a autorização, uma vez concedida, é irrevogável.
- III. Excepcionalmente, em caso de gravidez, será permitido o casamento de quem ainda não alcançou a idade núbil.
- IV. Os impedimentos matrimoniais podem ser opostos, até o momento da celebração do casamento, por qualquer pessoa, capaz ou incapaz.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) I e IV.
- (E) II e IV.

35. João, irmão de Pedro, faleceu no dia 01/07/2017. Lucas, irmão de João e Pedro, morreu no dia 05/10/2012. Márcio, filho de Lucas, faleceu em 01/01/2008. Thiago, filho de Márcio, contava 19 anos de idade à época da abertura da sucessão. Considerando-se que não existem outros herdeiros, a herança de João foi transmitida a

- (A) Pedro e Thiago, na proporção de 1/2 para cada qual.
- (B) Pedro e Thiago, na proporção de 2/3 para o primeiro e 1/3 para o segundo.
- (C) Thiago, apenas, por direito próprio.
- (D) Thiago, apenas, por direito de representação.
- (E) Pedro, apenas.

Direito Previdenciário e Legislação e Previdenciária Estadual

36. Considerando o que prevê a Constituição Federal de 1988 no tocante à organização da Seguridade Social, é correto afirmar que

- (A) sua gestão será de competência exclusiva da União Federal, através da sua autarquia INSS, que centralizará a administração dos recursos para o custeio da Seguridade Social.
- (B) a administração dos recursos será centralizada pelo Governo Federal, mas sua gestão obedecerá a critérios democráticos, de forma quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
- (C) tanto a gestão quanto a administração dos recursos da Seguridade Social obedecerá a critérios democráticos, mediante a observância do princípio da tripartição, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo nos órgãos colegiados.
- (D) serão observados critérios democráticos e descentralizados da administração de recursos, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
- (E) a universalidade de cobertura e do atendimento é um dos objetivos tanto da promoção do direito à saúde como da garantia de benefícios da assistência social, mas não alcança a previdência social que depende de regras próprias e fontes de custeio previamente estabelecidas em lei.



37. Dentre os princípios constitucionais que regem a Seguridade Social encontra-se o da diversidade da sua base de financiamento. Com relação ao financiamento da Seguridade Social,
- (A) as receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios destinadas à Seguridade Social devem ser repassadas à União por constituírem recursos integrantes do orçamento da União Federal.
 - (B) a Constituição Federal de 1988 prevê como uma das fontes de financiamento da Seguridade Social a contribuição prestada pelo exportador de bens ou serviços ao exterior, ou quem a lei e ele equiparar.
 - (C) a contribuição das empresas e das entidades a ela equiparadas por força de lei sobre rendimentos pagos a pessoas físicas que lhe prestam serviços não se restringe aos prestadores com vínculo empregatício formalizado.
 - (D) os rendimentos pagos por empresas ou entidades a ela equiparadas por força de lei a prestadores de serviços autônomos não constitui fonte de financiamento da Seguridade Social por não se tratarem os autônomos de segurados obrigatórios.
 - (E) a receita, o faturamento e o lucro auferido pelas empresas constituem fontes de financiamento da Seguridade Social previstos na Constituição Federal de 1988, tal qual a contribuição paga pelo exportador de bens e serviços ao exterior.
-
38. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a organização da previdência social se dá sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Em termos de Regime Geral de Previdência Social,
- (A) a aposentadoria por idade será de 75 anos, se homem, e 60 anos de idade, se mulher, tanto para trabalhadores urbanos e rurais, por força do princípio constitucional da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
 - (B) é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na Administração pública e na atividade privada, rural e urbana, para efeito de aposentadoria, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.
 - (C) o tempo de contribuição exigido para aposentadoria no Regime Geral de Previdência para os professores de educação infantil, ensinos fundamental e médio, em qualquer hipótese, ficará reduzido em 5 anos.
 - (D) não é vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência, com base no princípio constitucional da universalidade.
 - (E) é vedada, em qualquer hipótese, a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, em observância ao princípio constitucional da equidade na forma de participação no custeio.
-
39. Por força de regramento constitucional, previsto na Constituição Federal de 1988, a lei disporá sobre salário-família para dependentes de segurados de baixa renda. Essa previsão dá efetividade ao princípio constitucional da
- (A) universalidade de cobertura e de atendimento.
 - (B) solidariedade, na medida em que os que podem contribuir mais devem fazê-lo em benefício dos que podem contribuir menos.
 - (C) seletividade na prestação dos benefícios e serviços.
 - (D) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
 - (E) equidade na forma de participação do custeio.
-
40. Acerca da Previdência Social, com base na Constituição Federal de 1988, considere:
- I. A doença, desde que adquirida no ambiente de trabalho, é uma das hipóteses para ensejar a cobertura previdenciária.
 - II. A situação de desemprego, em qualquer hipótese, é fundamento para a cobertura previdenciária.
 - III. É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.
 - IV. O auxílio-reclusão é benefício previdenciário exclusivo a dependentes de segurados de baixa renda.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e IV.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) I e III.
 - (D) II.
 - (E) III e IV.



41. Sobre a Assistência Social a Constituição Federal de 1988 prevê:
- (A) Será organizada com base na descentralização político-administrativa, sendo que os seus benefícios serão concedidos independentemente de contribuição à seguridade social.
 - (B) Não se enquadra, dentre os seus objetivos, a proteção à maternidade, que fica sob a responsabilidade concomitante da previdência social e da saúde pública.
 - (C) Constitui obrigação dos Estados e Distrito Federal destinar recursos de sua receita tributária para financiar programas de inclusão social.
 - (D) As ações sociais direcionadas a promover à integração ao mercado de trabalho devem partir exclusivamente da esfera federal, tanto na sua formulação, como na execução dos programas, eis que se trata de competência privativa da União.
 - (E) A proteção à infância e adolescência, por haver legislação específica (Estatuto da Criança e Adolescente), não constitui objetivo da assistência social, sendo cuidada pelo Sistema Único de Saúde.
-
42. Conforme estatuído na Constituição Federal de 1988, as ações realizadas pelos Poderes Públicos em prol da Seguridade Social visam a assegurar exclusivamente direitos atinentes a
- (A) saúde, educação e previdência social.
 - (B) educação, segurança pública e assistência social.
 - (C) saúde, previdência e assistência social.
 - (D) cultura, saúde e assistência social.
 - (E) previdência pública e assistência social.
-
43. A respeito do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos, considere:
- I. O adicional por serviço extraordinário não constitui base de contribuição do servidor público ativo de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social.
 - II. A contribuição social do servidor público ativo de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social, será de 8%, incidentes sobre o vencimento do cargo efetivo.
 - III. O adicional noturno constitui base de contribuição do servidor público ativo de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social.
 - IV. A contribuição social do servidor público ativo de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social, será de 11%, incidentes sobre o vencimento do cargo efetivo, e o adicional de férias não integra esta base de contribuição.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) II e IV.
 - (C) I e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) I e II.
-
44. Em relação aos Regimes Próprios de Previdência Social dos servidores públicos, estabelece a legislação vigente que a constituição de fundos integrados de bens, direitos e ativos pela União,
- (A) com finalidade previdenciária, não é extensível em relação aos Estados e Municípios.
 - (B) com finalidade previdenciária, cabe ao Conselho Monetário Nacional decidir sobre a aplicação dos recursos.
 - (C) terá os recursos aportados em conta do próprio Tesouro Nacional, por integrar o orçamento da União Federal.
 - (D) é vedada a aplicação de recursos em títulos públicos, incluindo títulos do Governo Federal.
 - (E) depende de Lei Complementar para sua criação e sua extinção, se for o caso, será deliberada após decisão do Conselho Deliberativo do fundo.



45. Constituem objetivos da Seguridade Social, EXCETO:
- (A) proporcionalidade na forma de participação no custeio.
 - (B) universalidade na cobertura e atendimento.
 - (C) irredutibilidade do valor dos benefícios.
 - (D) descentralização na Administração.
 - (E) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
-
46. O benefício da pensão por morte a que faz jus os servidores públicos, conforme Lei Complementar do Estado de Pernambuco nº 28/2000, será concedido aos dependentes do segurado a contar
- (A) da data do óbito, independentemente da data do requerimento.
 - (B) da data do requerimento, quando o mesmo ocorrer dentro de até 60 dias da data do óbito.
 - (C) do dia seguinte ao óbito, quando o requerimento ocorrer até 90 dias da data do óbito.
 - (D) do dia seguinte da data do óbito, desde que requerida em até 30 dias da data do óbito.
 - (E) da data do óbito, desde que requerida em até 30 dias da data do óbito.
-
47. Nos termos da Lei Complementar nº 28/2000 do Estado de Pernambuco, será assegurada aposentadoria com proventos integrais ao segurado professor que comprovar tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil, bem como nos ensinos fundamental ou médio, desde que no mínimo com
- (A) 5 anos de exercício no serviço público, ainda que acumulada com a iniciativa privada, não sendo exigido tempo mínimo de contribuição, mas com idade mínima de 55 anos para homem e 50 anos para mulher.
 - (B) 10 anos de exercício no serviço público, 5 anos de efetivo exercício no cargo, não sendo exigido tempo mínimo de contribuição, mas com idade mínima de 60 anos para homem e 55 anos para mulher.
 - (C) 5 anos de exercício no serviço público, 5 anos de efetivo exercício no cargo, não sendo exigido tempo mínimo de contribuição, embora haja idade mínima de 55 anos para homem e 50 anos para mulher.
 - (D) 10 anos de exercício no serviço público, 5 anos de efetivo exercício no cargo, com idade mínima de 55 anos para homem e 50 anos para mulher, e 30 anos e 25 anos de contribuição, respectivamente.
 - (E) 10 anos de exercício no serviço público, 5 anos de efetivo exercício no cargo, com idade mínima de 60 anos para homem e 55 anos para mulher, e 30 anos e 25 anos de contribuição, respectivamente.
-
48. A aposentadoria por invalidez, conforme Lei Complementar nº 28/2000 do Estado de Pernambuco, será concedida sempre com proventos
- (A) proporcionais ao tempo de contribuição, independentemente do fato gerador da incapacidade, desde que a invalidez ocorra após o prazo de 5 anos contados da posse no cargo.
 - (B) integrais, qualquer que seja o fato gerador da incapacidade, desde que a invalidez ocorra após o prazo de 5 anos contados da posse no cargo.
 - (C) proporcionais ao tempo de contribuição, salvo se a invalidez decorrer exclusivamente de acidente em serviço ou moléstia profissional, quando os proventos serão integrais.
 - (D) proporcionais ao tempo de contribuição, salvo se a invalidez decorrer de acidente em serviço, moléstia profissional, ou doença grave, contagiosa ou incurável, hipóteses em que os proventos serão integrais, desde que a invalidez ocorra após o prazo de 5 anos contados da posse no cargo.
 - (E) proporcionais ao tempo de contribuição, salvo se a invalidez decorrer de acidente em serviço, moléstia profissional, ou doença grave, contagiosa ou incurável, hipóteses em que os proventos serão integrais, sem qualquer limitação temporal.



49. O auxílio-reclusão, nos termos da Lei Complementar nº 28/2000 do Estado de Pernambuco, será
- (A) devido, a contar da data em que o segurado preso deixar de perceber dos cofres públicos, se requerido até 30 dias desta, ou na data do requerimento, se posterior, sendo mantido enquanto durar a prisão.
 - (B) devido, a contar da data em que o segurado preso deixar de perceber dos cofres públicos, se requerido até 60 dias desta, ou na data do requerimento, se posterior, sendo mantido enquanto durar a prisão.
 - (C) devido, sempre a contar da data em que o segurado preso deixar de perceber dos cofres públicos, independentemente da data de seu requerimento, sendo mantido enquanto durar a prisão.
 - (D) devido, a contar da data em que o segurado preso deixar de perceber dos cofres públicos, se requerido até 30 dias desta, ou na data do requerimento, se posterior, sendo mantido enquanto durar a prisão, cessando se houver a conversão para regime semiaberto.
 - (E) rateado em partes iguais aos dependentes, sendo uma das causas de sua cessação a conversão da prisão do segurado para o regime semiaberto.
-
50. A respeito do benefício do salário-família previsto aos servidores públicos, nos termos da Lei Complementar nº 28/2000 do Estado de Pernambuco, está correto afirmar que
- (A) farão jus os segurados inativos, que estejam efetivamente percebendo proventos mensais totais, oriundos do Sistema de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco, excluídos os militares do Estado.
 - (B) será pago em dobro com relação aos filhos ou equiparados que forem definitivamente ou estiverem temporariamente, física ou mentalmente, inválidos.
 - (C) será devido ao segurado que tiver um filho inválido definitivamente, ainda que o evento que tenha determinado a invalidez tenha ocorrido após o filho ter completado 14 anos de idade.
 - (D) será devido ao segurado que tiver um filho inválido definitivamente, ainda que o referido filho perceba atividade remunerada, bastando que não seja casado e que o evento causador da invalidez tenha ocorrido antes de completar 21 anos de idade.
 - (E) a solicitação da concessão do referido benefício é de iniciativa e inteira responsabilidade dos segurados, sendo o benefício devido, uma vez comprovado o direito, a partir do mês de nascimento.
-
51. A respeito do *status* de dependente dos segurados, nos termos da Lei Complementar nº 28/2000 do Estado de Pernambuco, considere:
- I. Podem ser dependentes dos segurados os filhos menores de 21 anos desde que solteiros, não emancipados, e que não exerçam atividade remunerada superior ao valor do menor subsídio pago pelo Estado de Pernambuco.
 - II. Os pais do segurado poderão ser considerados dependentes, desde que estejam sob a sua dependência econômica e sustento alimentar e tenham renda bruta inferior a duas vezes o valor da menor remuneração paga pelo Estado de Pernambuco a seus servidores.
 - III. Os filhos do segurado de qualquer idade, que forem definitivamente ou estiverem temporariamente inválidos, podem ser dependentes, bastando apenas que a invalidez tenha se caracterizado antes do falecimento do segurado.
 - IV. Podem ser dependentes os enteados do segurado que estiverem com ele residindo sob a sua dependência econômica e sustento alimentar, bastando que não percebam pensão alimentícia.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) IV.
 - (D) I, II e IV.
 - (E) II.
-
52. De acordo com o Sistema de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco, nos termos da Lei Complementar nº 28/2000 do Estado de Pernambuco, estão EXCLUÍDOS da condição de beneficiário do referido Sistema os
- (A) ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
 - (B) servidores públicos do Estado de Pernambuco titulares de cargo efetivo, que se encontrem na reserva remunerada.
 - (C) servidores de fundações públicas estaduais titulares de cargo efetivo cedidos a outro ente da Federação.
 - (D) militares cedidos a outro ente da Federação, se a cessão implicar ônus para o cessionário.
 - (E) servidores de autarquias públicas estaduais titulares de cargo efetivo cedidos a outro ente da Federação, sem ônus para o cessionário.



53. A respeito do Regime de Previdência Complementar do Estado de Pernambuco, considere:

- I. A concessão dos benefícios do regime de previdência complementar é condicionada à concessão do benefício pelo regime próprio de previdência social.
- II. A concessão dos benefícios do regime de previdência complementar independe da concessão do benefício pelo regime próprio de previdência social.
- III. Não pode permanecer filiado aos planos de benefício de previdência complementar o servidor que se encontre afastado temporariamente do cargo efetivo sem perceber remuneração.
- IV. Pode permanecer filiado aos planos de benefício de previdência complementar o servidor que se encontre afastado temporariamente do cargo efetivo, apenas se estiver percebendo remuneração.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

54. O regime de previdência complementar de que trata a Lei Complementar do Estado de Pernambuco nº 257/2013, de caráter facultativo, aplica-se aos que ingressarem no serviço público estadual a partir da autorização de seu funcionamento pelo órgão federal de supervisão de previdência complementar. Pode ser abrangido pelo referido regime, os servidores públicos do Estado, das autarquias do Estado, das fundações públicas do Estado, os membros de Poder do Estado,

- (A) titulares de cargos efetivos ou temporários, e os membros de órgãos autônomos do Estado.
- (B) titulares de cargos efetivos, com exceção de membros de órgãos autônomos do Estado.
- (C) titulares de cargos efetivos ou temporários, empregados concursados em empresas públicas do Estado, e os membros de órgãos autônomos do Estado.
- (D) titulares de cargos efetivos, e os membros de órgãos autônomos do Estado.
- (E) titulares de cargos efetivos, empregados concursados de sociedade de economia mista do Estado, e os membros de órgãos autônomos do Estado.

55. No que diz respeito às contribuições para o Regime de Previdência Complementar de que trata a Lei Complementar nº 257/2013 do Estado de Pernambuco,

- (A) é vedada a inclusão pelo participante na base de cálculo da contribuição de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência do exercício de cargo em comissão ou função de confiança.
- (B) a alíquota da contribuição do patrocinador deve ser igual à do participante, observado o disposto no regulamento dos planos de benefícios, não podendo exceder o percentual de 11%.
- (C) é possível a inclusão pelo participante na base de cálculo da contribuição de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência do exercício de cargo em comissão ou função de confiança, sempre havendo contrapartida do patrocinador.
- (D) a alíquota da contribuição do patrocinador deve ser igual à do participante, observado o disposto no regulamento dos planos de benefícios, não podendo exceder o percentual de 8%.
- (E) é possível a inclusão pelo participante na base de cálculo da contribuição de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência do exercício de cargo em comissão ou função de confiança mas, nessa hipótese, não haverá contrapartida do patrocinador.

56. No que diz respeito à adesão para o Regime de Previdência Complementar de que trata a Lei Complementar nº 257/2013 do Estado de Pernambuco, poderá aderir aos planos de benefícios de previdência complementar de que trata esta Lei Complementar,

- (A) sem contrapartida do patrocinador, o servidor cuja remuneração seja inferior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- (B) sempre havendo contrapartida do patrocinador, o servidor cuja remuneração seja inferior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- (C) sempre com contrapartida do patrocinador, todo servidor, independentemente da remuneração.
- (D) sem contrapartida do patrocinador, o servidor cuja remuneração seja superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- (E) sem contrapartida do patrocinador, o servidor cuja remuneração seja igual ou inferior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.



57. Acerca da base de cálculo das contribuições do Estado, das suas autarquias e fundações públicas, para os fundos criados pela Lei Complementar nº 28/2000 do Estado de Pernambuco, considere:
- I. Não integra a base de cálculo da contribuição do Estado a parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função gratificada.
 - II. O abono de permanência a que faz jus o servidor integra a base de cálculo da contribuição do Estado.
 - III. O salário-família percebido pelo servidor integra a base de cálculo da contribuição do Estado.
 - IV. Não integra a base de cálculo da contribuição do Estado a remuneração adicional de férias.
 - V. Não integra a base de cálculo da contribuição do Estado a ajuda de custo paga ao servidor, desde que inferior a 50% de sua remuneração.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e IV.
 - (B) I, III e V.
 - (C) I e IV.
 - (D) II e V.
 - (E) II e III.
-
58. O Regime Financeiro do FUNAPREV, criado pela Lei Complementar nº 28/2000 do Estado de Pernambuco, será de
- (A) capitalização, apenas para aposentadorias e transferência para inatividade.
 - (B) capitalização, para todos os benefícios com exceção de pensões e auxílio-reclusão, que será de repartição de capital de cobertura.
 - (C) repartição de capital de cobertura para todos os benefícios, com exceção de pensões e auxílio-reclusão.
 - (D) capitalização, para todos os benefícios.
 - (E) repartição de capital de cobertura, para todos os benefícios.
-
59. Dentre as penalidades aplicáveis na hipótese de atraso no recolhimento pelo Estado, aos fundos criados pela Lei Complementar nº 28/2000 do Estado de Pernambuco, incluem-se
- (A) juros capitalizáveis e irrelevantes, e multa não capitalizável, também de caráter irrelevável, esta de 1% do valor do débito, por cada mês ou fração de mês em que perdure o atraso.
 - (B) juros capitalizáveis e irrelevantes, e multa não capitalizável, também de caráter irrelevável, esta de 2% do valor do débito, por cada mês ou fração de mês em que perdure o atraso.
 - (C) juros capitalizáveis e irrelevantes, e multa não capitalizável, podendo ser relevada por motivo justificável, esta de 1% do valor do débito, por cada mês ou fração de mês em que perdure o atraso.
 - (D) juros capitalizáveis e irrelevantes, e multa capitalizável, também de caráter irrelevável, esta de 1% do valor do débito, por cada mês ou fração de mês em que perdure o atraso.
 - (E) juros não capitalizáveis e irrelevantes, e multa não capitalizável, também de caráter irrelevável, esta de 1% do valor do débito, por cada mês ou fração de mês em que perdure o atraso.
-
60. Em relação ao que prevê a Lei Complementar nº 28/2000 do Estado de Pernambuco, o prazo que o Estado dispõe para recolhimento tempestivo das contribuições dos segurados e pensionistas por ele retidas na fonte, contados da ocorrência do fato gerador, é de até
- (A) 30 dias, inclusive sobre gratificação natalina.
 - (B) 30 dias, com exceção da gratificação natalina, cujo prazo será de até 45 dias.
 - (C) 30 dias, com exceção da gratificação natalina, cujo prazo será de até 60 dias.
 - (D) 60 dias, com exceção da gratificação natalina, cujo prazo será de até 30 dias.
 - (E) 60 dias, sem qualquer distinção de contribuição.